



AÇÃO	AUTORIA	TEMA EM DEBATE
ADPF 760	PSB, REDE, PDT, PV, PT, PSOL e PCdoB	Ação ajuizada para pleitear a retomada da execução do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), a fim de que as metas climáticas assumidas pelo Brasil sejam cumpridas.
ADPF 735	PV	Ação ajuizada para questionar a compatibilidade do Decreto nº 10.341/2020 e a Portaria nº 1.804/GM-MD de 7 de maio de 2020 com a Constituição Federal. Alega-se que a instauração da Operação Verde Brasil 2, decorrentes dos dispositivos questionados, retiraram a autonomia de fiscalização do Ibama.
ADPF 651	Rede Sustentabilidade	Ação ajuizada para que se reconheça a inconstitucionalidade do Decreto nº 10.224/20, que excluiu a sociedade civil do conselho deliberativo do Fundo Nacional do Meio Ambiente.
ADO 54	Rede Sustentabilidade	Ação ajuizada em face da omissão constitucional do Presidente da República e do Ministro do Meio Ambiente na tarefa de combater o desmatamento, para atingir o fim de tornar efetivo os artigos 23, incisos VI e VII, e 225, caput e §1º, incisos VI e VII da Constituição Federal.
ADO 59	PSB, PSOL, PT e Rede Sustentabilidade	Ação pela qual se alega a omissão inconstitucional da UNIÃO quanto à adoção de providência de índole administrativa objetivando a suspensão da paralisação do “FUNDO AMAZÔNIA”, que atenta contra o pacto federativo e o direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado assegurado pelo art. 225, caput, da Constituição Federal.
ADI 6148	Procuradoria-Geral da República	Ação ajuizada para questionar a constitucionalidade da Resolução nº 491/2018 do CONAMA, que dispõe sobre

Esta tabela é parte integrante de Informativo elaborado pela equipe do Toledo Marchetti Advogados.

		padrões de qualidade do ar. Alega-se que o ato ofende os artigos 5º, inciso XIV, 196 e 225 da Constituição, dada a proteção insuficiente aos direitos à informação, à saúde e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.
ADI 6808	PSB	Ação ajuizada para que se reconheça a inconstitucionalidade dos artigos 6º e 11-A, II, da Lei n. 11.598/2007, que preveem, no âmbito da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim), a concessão automática de alvará de funcionamento e licenças para empresas enquadradas em atividade de grau de risco médio, além da impossibilidade de os órgãos de licenciamento solicitarem informações adicionais àquelas já informadas pelo solicitante através do sistema da Redesim.